



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000918-48.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição geral ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da Vara da Infância e Juventude e Anexos da comarca de Criciúma

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 30/2016-CGJ

Período da correição: 22-8-2016 a 24-10-2016

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessora Técnica Correicional: Débora Zitta

Assessora Técnica: Karolina Oliveira Fontanela Coimbra

Analista Jurídico: André Pacheco



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2016 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau - SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Criciúma

Unidade: Vara da Infância e da Juventude e Anexos

Municípios integrantes: Criciúma, Nova Veneza, Siderópolis e Treviso

Juiz titular: Giancarlo Bremer Nones (em férias) e Rafael Milanesi Spillere (cumulando)

Chefe de cartório: Silvane Medeiros Venson

Última correição por equipe da CGJ/SC: 13-6-2013 a 23-7-2013 - Autos n. 0011241-20.2013.8.24.0600 (Correição Presencial).

Competência: Resolução n. 03/2005-TJ [...] VII nas comarcas de Criciúma e de Itajaí: a) cria-se a Vara da Infância e da Juventude e Anexos, com competência privativa para questões da Infância e da Juventude (art.101 do CDOJESC e Lei Federal n. 8.069/1990 Estatuto da Criança e do Adolescente) e feitos relativos a sucessões, órfãos, ausentes, interditos, provedoria, resíduos e fundações, previstos nos arts. 96, I, c e h , 97 e 98, exceto I, d , todos do CDOJESC; b) transforma-se a atual Vara da Família, Órfãos, Infância e Juventude em Vara da Família, mantidas as demais competências e atribuições [...].

Resolução n. 22/2007-TJ alterada pela Res. 6/2015-TJ [...] Art. 1º O art. 4º da Resolução 22/2007-TJ, de 3 de setembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 4º Compete ao Juiz de Direito da Infância e Juventude processar e julgar todos os feitos relativos aos órfãos e às sucessões, inclusive entre maiores e capazes (art. 97 e 98, I, "a", todos da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979)." (NR) [...]

Resolução n. 13/2011-TJ [...] Art. 5º Compete privativamente ao Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude e Anexos da comarca de Criciúma o processamento e julgamento dos procedimentos para apuração de ato infracional (art. 103 da Lei n. 8.609, de 13 de julho de 1990), mantidas as demais atribuições previstas no art. 1º, VII, a, da Resolução n. 3/2005-TJ, de 1º de junho de 2005; no art. 1º da Resolução n. 24/2006-TJ, de 6 de dezembro de 2006; e no art. 4º da Resolução n. 22/2007-TJ, de 3 de setembro de 2007 [...].

Entrância: Especial



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos físicos+eletrônicos

Indicador	Total
1.1.1 Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.427
1.1.2 Processos em andamento	2.397
1.1.3 Procedimentos em andamento	30

Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).
Mês de referência Outubro de 2016.

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos eletrônicos

Indicador	Total
1.2.1 Processos em andamento + procedimentos em andamento	1.631
1.2.2 Processos em andamento	1.603
1.2.3 Procedimentos em andamento	28

Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).
Mês de referência Outubro de 2016.

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos concluídos

Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1 Quantidade total de processos com o juiz	204	101	305

Observações

a) Informações obtidas em 06/12/2016. (fl. 67)

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos distribuídos

Indicador	Total	Média
1.4.1 Janeiro a dezembro de 2014	1.828	152,33
1.4.2 Janeiro a dezembro de 2015	1.916	159,67
1.4.3 Janeiro a dezembro de 2016	1.386	115,50

Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.

1.5 FILAS DE TRABALHO-Processos eletrônicos

Indicador	Valor
1.5.1 Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias Cível - Genérico - Processo	53
1.5.1.1 Concluso para Despacho	1
1.5.1.2 Concluso para Sentença Criminal - Genérico - Processo	1
1.5.1.3 Recebido Distribuição Família - Processo	1
1.5.1.4 Ag. Encerramento do Ato	12



1.5.1.5	Ag. Prazo	15
1.5.1.6	Análise do Cartório - Trânsito em Julgado	3
1.5.1.7	Concluso para Despacho	2
1.5.1.8	Concluso para Sentença	17
1.5.1.9	Escrivão	1

Observações

- a) Informações obtidas em 06/12/2016.
- b) Na data de 6/12/2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:
- b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 139 processos na fila. O mais antigo data de 6/9/2016.
- b.2) Ag. Análise - Recursos: não existem processos na fila.
- b.3) Cumprir urgente: existem 7 processos na fila. O mais antigo data de 29/11/2016.
- b.4) Recebido do Juiz.
Recebido do Juiz - Despacho: existem 8 processos na fila. O mais antigo data de 14/12/2016 (esta fila foi verificada em 10/1/2017).
Recebido do Juiz - Decisão: existem 13 processos na fila. O mais antigo data de 11/10/2016.
Recebido do Juiz - Sentença: existem 44 processos na fila. O mais antigo data de 23/11/2016.
- b.5) Escrivão: existem 19 processos na fila. O mais antigo data de 21/11/2016.
- b.6) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: constatou-se a existência de 2 processos com audiências já realizadas.
- b.7) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos (0303521-49.2015.8.24.0020, 0306003-67.2015.8.24.0020, 0306004-52.2015.8.24.0020, 0312553-78.2015.8.24.0020, 0308648-65.2015.8.24.0020), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando o arquivamento e certidão do art. 327 CNECJ (Provimento n. 1/2016 - CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ).
- b.8) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos (0300619-89.2016.8.24.0020, 0113006-91.2014.8.24.0020, 0309704-02.2016.8.24.0020, 0313109-80.2015.8.24.0020, 0305066-91.2014.8.24.0020), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão.
Fila Petição intermediária
- b.9) Ag. Análise - Juntada Automática: existem 62 petições pendentes de análise e andamento, sendo a data mais antiga 2/12/2016.
- b.10) Ag. Análise - Petições Diversas: existem 2 petições pendentes de juntada e andamento, sendo a data mais antiga 5/12/2016.

1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	146	51
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade	5,93%	2,10%
1.6.2	Processos sem movimento há mais de 365 dias por ano da última movimentação (Data da movimentação mais antiga: 24/06/2009)		



1.6.2.1	Ano da última movimentação	Processos físicos em gabinete		Processos eletrônicos em gabinete		Processos físicos em cartório		Processos eletrônicos em cartório		Total	
		V1	V2	V1	V2	V1	V2	V1	V2	V1	V2
1.6.2.2	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	(2)	(2)
1.6.2.3	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	(2)	(2)
1.6.2.4	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	(1)	(1)
1.6.2.5	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	(2)	(1)
1.6.2.6	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	(23)	(9)
1.6.2.7	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	(28)	(14)
1.6.2.8	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	58	29

Observações

- Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
- Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).
- Primeira verificação: mês de referência Julho de 2016. (fls. 9-10)
- Segunda verificação: mês de referência Outubro de 2016. (fls. 53-55)

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.3	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	37	54
1.6.4	Processos com a classe 'Habilitação para adoção' em andamento e distribuídos há mais de 365 dias	0	117
1.6.5	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas)	65	23
1.6.6	Audiências com situação 'pendente' há mais de 30 dias	13	2
1.6.7	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais	29	-
1.6.8	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013	-	-
1.6.9	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013	2	-

Observações

- Item 1.6.8: não se aplica em face da competência da unidade
- Padrão de conformidade (itens 1.6.3, 1.6.4, 1.6.5 e 1.6.6): o relatório não deve trazer registro.
- Primeira verificação em 17/08/2016. (fls. 11-16)
- 1) Itens 1.6.7 e 1.6.9: dados do mês de maio de 2016, extraídos do site desta Corregedoria (<http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.
- Segunda verificação em 06/12/2016. (fls. 56-62)



d.1) Itens 1.6.7 e 1.6.9: devido a inconsistência do sistema ao tempo da segunda verificação, não foi possível a extração dos relatórios.

PENDÊNCIAS

1.6.10	Pendências em aberto (período : 01/01/1900 a 31/07/2016)	Primeira verificação	Segunda verificação
	Peticionamento eletrônico	31	18
	Petição Intermediária	109	49
	Mandados	3	1
	AR	7	2

Observações

- Padrão de conformidade: o relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes.
- Primeira verificação em 17/08/2016. (fl. 17)
- Segunda verificação em 06/12/2016. (fl. 63)

AJUSTE DE MOVIMENTAÇÃO

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.11	Processos ativos com localização física 'arquivo administrativo', 'arquivo central' ou 'sala de arquivo'	0	0
1.6.12	Processos ativos com localização física 'Superior Tribunal de Justiça', 'Tribunal de Justiça', 'Tribunal de Justiça - Cerc', 'Tribunal Regional Federal' ou 'Turma de	0	0
1.6.13	Processos ativos com localização física 'cartório - processo suspenso', 'cartório - suspenso (art. 366 CPP)' ou 'cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)'	0	2
1.6.14	Processos ativos com localização física 'devolvido à origem', 'entregue à parte' ou 'remetido'	0	0
1.6.15	Processos principais ativos com execução de sentença iniciada	0	0

Observações

- Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros.
- Primeira verificação em 17/08/2016.
- 1) Ao tempo da primeira verificação, os relatórios não eram extraídos.
- Segunda verificação em 06/12/2016. (fl. 64)

MANDADOS

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.16	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	6	7

Observações

- Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros.
- Primeira verificação em 17/08/2016. (fl. 18)
- Segunda verificação em 06/12/2016. (fl. 65)



PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

Indicador	Valor			
	Primeira verificação		Segunda verificação	
	Total	+100d	Total	+100d
1.6.17 Outros setores				
1.6.17.1 A ser Recebido de Outro Foro	0	0	0	0
1.6.17.2 Contadoria	0	0	0	0
1.6.17.3 Contadoria - Custas Finais	0	0	0	0
1.6.17.4 Contadoria - Custas Iniciais	0	0	0	0
1.6.17.5 Contadoria - Custas Intermediárias	0	0	0	0
1.6.17.6 Distribuição	0	0	0	0
1.6.17.7 Ministério Público	67	6	99	0
1.6.17.8 Oficialato da Infância e Juventude	1	0	3	0
1.6.17.9 Petição Inicial - Ag. Digitalização	4	0	0	0
1.6.17.10 Serviço Social	96	70	94	70
1.6.17.11 Setor de Psicologia	70	59	1	0

Observações

- Primeira verificação em Julho de 2016 (fl. 19).
- Segunda verificação em Outubro de 2016 (fl. 66).

PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

Indicador	Valor			
	Primeira verificação		Segunda verificação	
	Total	+100d	Total	+100d
1.6.18 Quantidade total de processos em carga		280		242
Local				
Cargas internas				
1.6.18.1 Assistente Social	14	12	5	5
1.6.18.2 Contadoria	0	0	2	0
1.6.18.3 Juiz Giancarlo Bremer Nones	153	11	101	11
1.6.18.4 Ministério Público	3	0	9	0
Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.18.5 Advogado	109	45	124	13
1.6.18.6 Órgãos Externos	0	0	1	0
1.6.18.7 Perito	1	1	0	0

Observações

- Primeira verificação: mês de referência Julho de 2016 (fl. 20).
- Segunda verificação: mês de referência Outubro de 2016 (fl. 67).
- Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).

1.6.19 Processos com mesmo local físico há mais de 30 dias

Indicador	Valor			
	Primeira verificação		Segunda verificação	
	Total	+30d	Total	+30d
Atendimento				
1.6.19.1 Cartório - Recebido do Advogado	1	0	0	0



1.6.19.2	Cartório - Recebido do Contador	0	0	0	0
1.6.19.3	Cartório - Recebido do Juiz	3	0	3	0
1.6.19.4	Cartório - Recebido do Promotor	0	0	0	0
Remessa/recebimento/relação/certificação					
1.6.19.5	Cartório - Ag. confecção de relação	25	0	61	1
1.6.19.6	Cartório - Aguardando	4	0	0	0
1.6.19.7	Cartório - Aguardando AR	0	0	0	0
1.6.19.8	Cartório - Aguardando carta precatória	0	0	0	0
1.6.19.9	Cartório - Aguardando mandado	16	1	7	4
1.6.19.10	Cartório - Aguardando publicação relação	36	36	13	13
1.6.19.11	Cartório - Arquivar	1	1	0	0
1.6.19.12	Cartório - Escaninho Delegacia	0	0	0	0
1.6.19.13	Cartório - Escaninho do Advogado	1	1	0	0
1.6.19.14	Cartório - Escaninho do Juiz	19	0	2	0
1.6.19.15	Cartório - Escaninho do Promotor	14	0	0	0
1.6.19.16	Cartório - Escaninho Juiz (assinaturas)	2	0	19	0
1.6.19.17	Cartório - Mesa do Escrivão	22	16	11	7
1.6.19.18	Cartório - Mesa do Escrivão(assinaturas)	22	1	2	1
1.6.19.19	Cartório - Mesa 01 a 10	3	0	25	0
1.6.19.20	Cartório - Prazo 1 a 31	240	120	125	48
Expedição/cumprimento					
1.6.19.21	Cartório - Cumprir despacho	24	0	96	47
1.6.19.22	Cartório - Cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.6.19.23	Cartório - Expedir alvará	0	0	0	0
1.6.19.24	Cartório - Expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.19.25	Cartório - Expedir edital	0	0	0	0
1.6.19.26	Cartório - Expedir formal	20	7	3	0
1.6.19.27	Cartório - Expedir mandado	0	0	0	0
1.6.19.28	Cartório - Expedir precatória	0	0	0	0
Organização/juntada					
1.6.19.29	Cartório - Aguardando Juntada	0	0	0	0
1.6.19.30	Cartório - Aguardando petição	23	8	11	6
1.6.19.31	Cartório - Aguardando resposta de ofício	0	0	0	0

Observações

- Primeira verificação em 17/08/2016. (fl. 21) Escaninho do Juiz (fl. 22)
- Segunda verificação em 06/12/2016. (fl. 68) Escaninho do Juiz (fl. 69)
- Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".



1.7 REGISTROS CRIMINAIS

Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1 Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.2 Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.3 Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.4 Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.5 Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.6 Mandados de prisão em aberto com erros	6	4
1.7.7 Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	3	3

Observações

a) Itens 1.7.1 a 1.7.5 e 1.7.7: não se aplica em razão da competência da unidade. Contudo no item 1.7.7 constou registro, o que deve ser verificado e, se necessário, corrigido pela unidade.

b) Padrão de conformidade:

b.1) Itens 1.7.1 a 1.7.6: o relatório não deve trazer registro.

b.2) Item 1.7.7: O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC.

c) Primeira verificação em 17/08/2016. (fl. 23)

d) Segunda verificação em 06/12/2016. (fls. 70-71)

1.7.8 Réu Preso Provisório	0	0
Réu Preso Definitivo	0	0
Total	0	0

Observações

a) Item 1.7.8: não se aplica em razão da competência da unidade.

[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]

Observações

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]



1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1 Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Alimentado	Alimentado
1.8.2 Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	-	-
1.8.3 Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	-	-
1.8.4 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	-	-

Observações

a) Itens 1.8.2 a 1.8.4: não se aplica em razão da competência da unidade.
b) Padrão de conformidade: os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão.

Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.

c) Primeira verificação em 17/08/2016 (fl. 29).

c.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): Verificou-se que há 482 bens cadastrados no SAJ, com a situação "apreendido/sob custódia". Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 350 estão com a situação "a definir". Em consulta ao SAJ, por amostragem nos processos [REDACTED]

[REDACTED], verificou-se que os bens foram cadastrados no SNBA.

d) Segunda verificação em 06/12/2016 (fl. 86).

d.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): Verificou-se que há 311 bens cadastrados no SAJ, com a situação "apreendido/sob custódia". Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 199 estão com a situação "a definir". Em consulta ao SAJ, por amostragem nos processos [REDACTED]

[REDACTED] verificou-se que os bens foram cadastrados no SNBA.

1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1 Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado

Observações

a) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNCGJ.



b) Primeira verificação em 17/08/2016 (fls. 31-38).

b.1) Existem 2 programas institucionais de acolhimento e/ou programas de acolhimento familiar (Associação Beneficente Nossa Casa e Instituição de Acolhimento Provisório Lar Azul) cadastrados no sistema, os quais não estão atualizados.

c) Segunda verificação em 06/12/2016 (fls. 87-88).

c.1) Existem 2 programas institucionais de acolhimento e/ou programas de acolhimento familiar (Associação Beneficente Nossa Casa e Instituição de Acolhimento Provisório Lar Azul) cadastrados no sistema os quais tiveram a última ocorrência incluída em 27-10-2016.



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau - SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 11 de janeiro de 2017.

Débora Zitta
Assessora Técnica Correicional - Mat. 5.701

Karolina Oliveira Fontanela Coimbra
Assessora Técnica - Mat. 23.561

André Pacheco
Analista Jurídico - Mat. 20.683